

SERTÃO, FRONTEIRA E REGIÃO NO PENSAMENTO BRASILEIRO

Lúcia Lippi Oliveira

O Novo Mundo e o Brasil tiveram no domínio do espaço geográfico a base do processo que acompanhou a formação da sociedade e do Estado. A ausência de um passado histórico remoto, exemplificada na ausência de catedrais góticas, produziu a busca de raízes em passados mitológicos ou em traços culturais primeiros do português, do índio e do negro. Entretanto, essas construções simbólicas têm produzido mais a consciência das distinções do que a da integração. A consciência do espaço, da territorialidade, em contrapartida, forneceu as bases da integração necessária à formulação de um projeto de nação. Tal premissa nos ajuda a entender a importância e a permanência do “ufanismo” como ideologia fundada na natureza e na relação desta com o caráter do povo, produzindo o sentimento de identidade nacional. A valorização da natureza aparece como que compensando a debilidade da cultura no Brasil. O ufanismo baseado nos atributos naturais não aparece sozinho. Seu reverso também faz parte do imaginário sobre o país desde seus primórdios e assinala os perigos, as ameaças relacionadas à natureza dos trópicos.

I

A versão da terra como natureza paradisíaca está presente desde sua “certidão de nascimento” com a carta de Pero Vaz de Caminha e vem sendo retomada como mito de origem que perdura até os dias de hoje.¹ A versão oposta, a que fala dos perigos da natureza tropical, pode ser encontrada também desde os primórdios da colonização no discurso dos “soldados de Cristo”, ou seja, dos jesuítas no Brasil. As novas terras são apresentadas como tendo uma natureza ainda intocada parecendo ter sido abandonada por Deus após a criação. A natureza parece rica mas é natureza bruta, não transformada pela mão do homem e necessitando da ação purificadora dos súditos de Cristo. “Nega-se, assim, qualquer presença naturalista-panteísta do Senhor em todas as suas criações e afirma-se uma eficácia *humana* sobre a terra”.² A natureza brasileira é descrita pelos jesuítas portugueses de forma quase oposta a dos ideólogos de uma natureza tropical edênica. “O jesuíta vê a natureza como algo luxuriante, soberbo, avassalador, misterioso. Grávido de perigos e surpresas. Como algo que lhe é estranho e terrível”.³ Há assim tanto uma genealogia de autores que trata a natureza como paraíso quanto outra que trata dos “tristes trópicos”.

O lugar geográfico ou social identificado como sertão acompanha este caminho que recebe ora uma avaliação positiva, ora negativa. As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semi-árida, longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos. Lugar inóspito, desconhecido, que proporciona uma vida difícil, mas habitado por pessoas fortíssimas. A força de seu habitante aparece relacionada à capacidade de interagir com a natureza múltipla. O cabra – o cangaceiro – aparece como a encarnação do herói sertanejo. Para além destes atributos, aparece no imaginário social a idéia de que não há um sertão mas muitos sertões e que o sertão pode e deve ser tomado como metáfora do Brasil.⁴

O sertão, para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para o bandeirante, era interior perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitanias, era exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial significava liberdade e esperança de uma vida melhor. Como nos diz Janaína Amado, “desde o início da História do Brasil, portanto, sertão configurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava”.⁵

Duas perspectivas na conotação de sertão podem ser identificadas com a tradição romântica e a realista no trato do espaço geográfico e do homem que o habita. Na perspectiva romântica, o

¹ CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13, n. 38, outubro, 1998 a, p. 63-79.

² NEVES, Luiz Felipe Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. p. 51.

³ Idem, p. 53.

⁴ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

⁵ AMADO, Janaína. Construindo mitos; a conquista do Oeste no Brasil e nos Estados Unidos. In: Sidney Valadares Pimentel e Janaína Amado (orgs.). *Passando dos limites*. Goiânia: Ed. UFG, 1995. p. 51-78.

sertanejo aparece como símbolo da nacionalidade pelo seu admirável modo de vida, caracterizado pela destreza e simplicidade. Natureza e organização social se fundem na base deste julgamento positivo, opondo-se à vida degradada e corrompida do litoral, ou seja, das cidades. Na perspectiva realista, a vida interior perde esta visão idealizada. O sertão passa a ser visto como um problema para a nação e se opõe à urbanidade do litoral. Sob a visão cientificista do final do século XIX, as explicações raciais sustentam uma suspeita sobre os tipos miscigenados portadores da degeneração.



Litografia da *Flora Brasiliensis*, "Caatinga ao sul da Província da Bahia", de Carl Friedrich Phillip von Martius.

O sertão e o sertanejo têm sido apresentados na literatura sob a categoria de regionalismo. Em suas origens, o regionalismo do romance de José de Alencar, de Bernardo Guimarães, Franklin Távora e Alfredo D'Escagnolle Taunay era forma de definição da nacionalidade. No fim do século XIX e início do XX, o regionalismo se transforma em conto sertanejo, que trata o homem rural sob o ângulo do pitoresco, do jocoso e do sentimental. Alfredo Taunay autor de *Inocência* e de *A retirada da Laguna*, este último romance inspirado na Guerra do Paraguai, pode ser tomado como um exemplo da literatura regional romântica. Entre os representantes do regionalismo/conto sertanejo destaca-se, entre outros, Afonso Arinos. É preciso lembrar que uma das primeiras obras literárias sobre Canudos antecipando Euclides da Cunha, foi a de Afonso Arinos, que, sob o pseudônimo de Olívio de Barros, escreveu o romance *Os jagunços*, publicado primeiro como folhetim no jornal *O Comércio de São Paulo* e em 1898 como livro. Afonso Arinos vem sendo redescoberto e citado como uma importante figura que fazia a mediação entre as culturas erudita e

popular, entre os mundos cosmopolita e regional. Frequentando roda de músicos populares da qual faziam parte Donga e Catulo da Paixão Cearense entre outros, convidando-os para se apresentarem em sua residência ou para se hospedarem em sua fazenda, Afonso Arinos colocava em contato mundos culturais distintos.

Catulo da Paixão Cearense a ele assim de refere:

Este imortal, que é deveras imortal pelas obras que escreveu sobre a vida e os costumes sertanejos, foi um dos meus maiores amigos. Arinos foi um adorador de tudo que é brasileiro. A natureza o enfeitiçava. Parecia que o seu sangue era a seiva de nosso pau-brasil.⁶

⁶ VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ UFRJ, 1995. p. 51.

Suas conferências sobre lendas e tradições brasileiras seguidas da representação do auto da *Nau Catarineta*, a apresentação do *cateretê* em baile no seu palacete paulista são mencionadas como manifestações deste amor a tudo que é brasileiro ainda que este tudo seja o Brasil rural, o Brasil do interior. Afonso Arinos, vivendo em Paris, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, foi um dos que comandou o movimento de “redescoberta” do Brasil popular, folclórico, regional.

Sua obra, *O contratador de diamantes*, encenada em 1919 (Arinos morreu em Paris em 1916) pela Sociedade de Cultura Artística, recebeu apoio do prefeito Washington Luis e de famílias ilustres de São Paulo. Artigo de jornal citado por Nicolau Sevckenko menciona que sua peça coloca em cena quadros do “Brasil colonial, do Brasil das Bandeiras e das minas, do Brasil heróico” e que pela primeira vez se apresenta no palco do Teatro Municipal de São Paulo um congado, interpretado por “pretos de verdade” e por dançadores e violeiros da roça.⁷

⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras. 1992. p. 239-44.

Nicolau Sevckenko considera que a atuação de Afonso Arinos estava sintonizada com o movimento nacionalista que se segue ao início da Primeira Guerra Mundial e que tem na figura de Olavo Bilac e na criação da Liga Nacionalista suas expressões mais conhecidas. Estas manifestações tinham uma linha de continuidade com uma tradição cuja raiz e modelo é *Os Sertões*. A denúncia do descaso e irresponsabilidade das elites para com o sertanejo do norte, inaugurada por Euclides, teria sido continuada por Monteiro Lobato ao denunciar o abandono do sertanejo do sul, o caipira, caricaturado na figura do Jeca Tatu.

No início dos anos 20 prospera uma literatura regionalista paulista que se dedica à vida rural e à cultura caipira. Frente a esta se coloca o movimento modernista paulista. Saraus regionalistas então em voga apresentam tanto figuras da sociedade vestidas de caipira e cantando canções sertanejas quanto verdadeiros cantadores e violeiros sertanejos. Ainda segundo Sevckenko, este movimento de revalorização do regional, do Brasil “verdadeiro” também se faz presente no cinema e teve como um dos mais expres-

sivos sucessos a exibição do filme rodado por Rondon e sua equipe sobre a vida e costumes dos índios Coroados, da região do Alto São Lourenço. “Era a primeira vez que a população da cidade podia ver índios de verdade”. O jornal também informa que esse filme tinha sido apresentado por Roosevelt no *Carnegie Hall* em Nova York e teria tido extraordinário sucesso.

A associação entre sentimentos nativistas que valorizam caipiras e índios assim como o cruzamento das trajetórias do general Rondon e do ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt é muito interessante. Roosevelt, que teve papel fundamental na reeleitura da fronteira e do *cowboy* no nacionalismo americano,⁸ após deixar a presidência fez uma viagem aos sertões do Brasil. O governo brasileiro através de seu Ministro de Relações Exteriores, Lauro Müller, designou o então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon para acompanhá-lo nesta viagem. A visita de Roosevelt ao Brasil e sua transformação na expedição científica Roosevelt-Rondon (1913-1914) se insere na política de preservar a Amazônia sob soberania brasileira e proteger a região das incursões “civilizatórias” que os europeus estavam fazendo à África e a partes da Ásia. A expedição assume a feição da conquista do interior do continente e dela resultou o livro *Through the Brazilian Wilderness*, publicado em Nova York em 1914 e só publicado no Brasil trinta anos depois. A primeira edição brasileira saiu pela Companhia Editora Nacional na coleção Brasileira (vol. 232) em 1944 sob o título *Através dos sertões do Brasil*. Outra edição foi feita pela Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo em 1976 na coleção Reconquista do Brasil (vol. 35) sob o título *Nas selvas do Brasil*. O mapa de Mato Grosso apresenta com o nome de Roosevelt o antigo “rio da Dúvida” cujo curso foi corrigido com a expedição Roosevelt-Rondon, assim como a região situada entre os rios Juruema e Madeira passou, em 1956, a se chamar Rondônia.⁹

Na literatura brasileira o tema do sertão aparece pelo menos sob três perspectivas.¹⁰ A primeira é o “sertão como paraíso”, que se expressa basicamente no romantismo. Evoca-se um paraíso perdido em que tudo era perfeito, belo e justo e cuja linguagem retrataria uma pureza original a ser apreciada e preservada. Esta linha romântica se mantém no século XX por figuras como as de Catulo da Paixão Cearense, no âmbito da cultura popular, e por Afonso Arinos, na veia mais erudita e de elite.

A segunda forma de lidar com o sertão o associa ao inferno. O destempero da natureza, o desespero dos que por ele perambulam (retirantes, cangaceiros, volantes, beatos), a violência como código de conduta, o fatalismo, são os principais traços apontados. Euclides da Cunha é certamente um dos representantes desta leitura do espaço do sertão como inferno, ainda que sua explicação seja de ordem político-cultural.

⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A América e a fronteira: Turner e Roosevelt. In: *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000 (no prelo).

⁹ ENDERS, Armelle. Uma nova África na América do Sul? A expedição Roosevelt-Rondon (1913-1914). In: Gláucia Villas Bôas (coord.). *Territórios da língua portuguesa, IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IFCS, 1998.

¹⁰ CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito. *Revista USP*, dez-jan-fev., n. 20, p. 29-41. 1993-94.

Por fim, o sertão é o purgatório. Lugar de passagem, de travessia, definido pelo exercício da liberdade e pela dramaticidade da escolha de cada um. Identificado como lugar de penitência e de reflexão, o sertão aparece como reino a ser desencantado e decifrado. Aqui estamos no mundo de Guimarães Rosa. O sertão como reino do fantástico e do mítico aparece em vários estudos sobre os movimentos messiânicos no Brasil.¹¹

Euclides da Cunha pode ser considerado como uma das matrizes do olhar sobre os sertões. Ao procurar transmitir o mundo do sertão para o público leitor, transmite a sensação de sentir-se estrangeiro em seu próprio país.

*Espantado com a radicalidade da diferença entre o ambiente e a sociedade que conhecia e aquele meio com que se deparava, (...) põe em questão a existência de um Brasil único. E mais, passa a duvidar das possibilidades de uma nacionalidade convivendo com fossos profundos entre suas regiões.*¹²

Para Euclides, a questão não se refere somente à distância espacial, mas principalmente à distância temporal, que poria em risco a nacionalidade. Para pensar e propor o encontro do litoral com o sertão (sociedades separadas, indiferentes uma à outra), Euclides terá que superar o dilema derivado das teorias raciais de seu tempo. Mesmo descrevendo os traços mais expressivos das sub-raças sertanejas, resultado do cruzamento do branco com o índio, não decreta a inviabilidade da nação. A homogeneidade étnica não é apresentada como condição indispensável ao progresso civilizatório. Mais importante será colocar lado a lado sertão e litoral, unificar os diferentes ritmos civilizatórios.

Euclides da Cunha pode ser identificado como aquele que realiza uma inversão na compreensão sobre o sertão de seu tempo. Em sua obra,¹³ o sertanejo é retrógrado e não degenerado. Seu atraso se deve ao abandono a que foi relegado e não aos condicionamentos e determinações de ordem genética. A civilização seria capaz de sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral, trazendo para o nosso tempo “aqueles rudes compatriotas retardatários”. A diferença entre tempos sociais poderia ser conciliada pela ação governamental, encarregada de trazer os espaços atrasados e incultos para a civilidade. Se há limitações a esta proposta, elas parecem advir de resistências derivadas principalmente da natureza do sertão: o deserto, a terra desolada e estéril que garante condições físicas adversas à civilização e mantém o resíduo da barbárie no interior do Brasil.

O sonho romântico de juntar tempos históricos e sociais distintos parece ser abandonado na mesma medida em que o autor vai descrendo da República como o regime capaz de construir a nação, já que se perde na especulação financeira, produzindo a

¹¹QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. D. Sebastião no Brasil: imaginário em movimentos messiânicos nacionais. *Revista USP*, dez.-jan.-fev., n. 20, p. 29-41, 1993-1994.

¹²SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG. 1997.

¹³Sobre *Os Sertões* ver artigo de Walnice Nogueira Galvão. Euclides da Cunha – Os Sertões. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 1999. p. 153-170.

decomposição de caráter dos indivíduos. Sua descrença na República e na política, anterior a Canudos e posterior ao seu livro, parece indicar os limites da ação dos intelectuais denominados por Nicolau Sevcenko de “mosqueteiros intelectuais”.

Entretanto a formação de engenheiro, de cartógrafo, de positivista cuja missão era trazer o progresso ao Brasil, são muito fortes e se fazem presentes nos escritos de Euclides da Cunha tanto em sua incursão pelo sertão quanto em sua expedição pela Amazônia.¹⁴ Na primeira parte de *Os Sertões*, Euclides refere-se a um território estranho, um vazio, um hiato, um espaço em branco a ser preenchido. Na indiferença dos brasileiros por sua própria terra estaria a raiz desta ignorância e deste desconhecimento do território sertanejo. O sertão seria mesmo a prova da existência de fronteiras internas que ameaçavam a nacionalidade. Para Euclides era mister tornar a totalidade do espaço territorial um espaço nacional.

Sua expedição à Amazônia, que deveria dar origem a uma segunda grande obra intitulada *Um paraíso perdido*, não chegou a ser concluída. Seu contato com a natureza da região o leva a falar de uma terra inacabada, imprópria à ocupação humana, adversária mesmo do homem. Esta natureza poderosa e considerada invencível, entretanto, acaba cedendo lugar à demanda por uma ação organizada e sistemática do governo nacional sobre a região visando torná-la parte efetiva do território nacional.

Como missionário do progresso, Euclides da Cunha deseja integrar o sertão à vida nacional. Isto deveria começar por um trabalho de produção de um minucioso estudo da região recolhendo os elementos causadores de sua desordem climática. Defende também um plano de combate à seca pela construção de pequenos e numerosos açudes capazes de transformar o deserto em rica região agrícola. Na Amazônia, Euclides propõe a recuperação do rio Purus, a construção de uma estrada de ferro – a Transacreaana – que seria capaz de espalhar frentes de colonização e proteger as fronteiras do país. Neste sentido, Euclides pode ser visto como um precursor de idéias e projetos que foram implementados, com ou sem sucesso, anos mais tarde, como a Madeira-Mamoré, o IBGE, o DNOCS e, até mesmo, o Calha-Norte. André Rebouças, Euclides da Cunha e Cândido Rondon podem ser considerados como os mais importantes membros do panteão dos missionários do progresso e da civilização no Brasil.¹⁵

A presença de Euclides da Cunha e da natureza como uma das chaves explicativas do Brasil se faz presente em inúmeros autores. Podemos citar Ronald de Carvalho em seu artigo “As bases da nacionalidade brasileira”, que compõe a famosa coletânea *À margem da História da República*, de 1924. Para o autor, a natureza no Brasil não expressava o homem, pois estava no “espanto primitivo dos cataclismos e das transformações geológicas” expressos no

¹⁴MURARI, Luciana. O Brasil ainda chega lá: Euclides da Cunha dos sertões à Amazônia. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 17, março, p. 219-36. 1997.

¹⁵LIMA, Nísia Trindade. Op. cit.

fenômeno da “terra caída”, também mencionado por Euclides ao descrever os rios da Amazônia. E, continua Ronald de Carvalho,

*somos atraídos pela imensidão da terra, pela maravilha da natureza. Em verdade, o brasileiro encontrou uma natureza áspera e pouco generosa para as criações do homem civilizado. Faz-se mister que ele a domine continuamente, para não ser absorvido por ela, [...] pois, ao menor descuido, a terra volta novamente a sufocá-lo, na magia de sua exuberância violenta e impiedosa.*¹⁶

¹⁶CARVALHO, Ronald de. *À margem da História da República*. 1924. p. 34.

¹⁷Vale citar o livro de Viana Moog, *Uma interpretação da literatura brasileira* de 1943, no qual fala do Brasil como um “arquipélago cultural” cujas ilhas são: a Amazônia, o Nordeste, a Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e a Capital.

¹⁸AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 1945, p. 352.

¹⁹VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

A idéia de que nos diferenciamos segundo o meio geográfico permanece como chave interpretativa para a diferenciação social e cultural.¹⁷ Fernando de Azevedo, em *A cultura brasileira* fala de Machado de Assis e de Euclides de Cunha como as duas faces do espírito nacional: Machado com seu “espírito de civilização” e Euclides com o “espírito americano”. Euclides fixou o local, o que há de mais particular na nacionalidade, e com a força de seu estilo “pôde apresentar a vida dos sertões, nos seus aspectos primários e brutais, e dar-nos como ninguém a sensação estranha de tudo que é grande e poderoso, contraditório e traiçoeiro na terra e na natureza tropical”.¹⁸

Pode-se destacar como o pensamento brasileiro refletiu continuamente sobre as distinções entre litoral e interior, entre cidade e sertão, demarcando as diferenças de vida social e de tipos humanos. Civilização *versus* barbárie, cosmopolitismo *versus* brasilidade parecem marcar o paradoxo do “estilo tropical” que permanece como um dos traços do pensamento brasileiro. Roberto Ventura aponta para a ambivalência do discurso europeu que oscila entre a imagem positiva da felicidade natural e inocência dos habitantes da terra americana e a condenação dos seus costumes bárbaros.¹⁹ É preciso lembrar que um discurso negativo sobre o homem e a natureza da América permite a legitimação da expansão européia. A tese da degeneração dos animais, das plantas e do homem americano assim como a tese da juventude do continente abrem espaço para a ação civilizadora do homem branco. Viajantes e naturalistas no século XIX retomam a tese da natureza estranha e maravilhosa como no romance *Inocência* de Taunay (1872). A valorização da natureza aparece como efeito compensador à debilidade da cultura no Brasil e esta ambivalência marca, como nos lembra Roberto Ventura, a dialética cultural entre o Brasil e a Europa.

Ao comparar a conquista do Oeste no caso norte-americano e brasileiro, Janaína Amado estabelece uma distinção fundamental. Nos Estados Unidos, nos diz a autora, a história uniu-se ao mito para construir a identidade nacional; “a mito-história do Oeste fez parte da construção de uma hegemonia nacional e in-

²⁰ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, vol. 8, n° 15, p. 145-52. 1995. p. 67.

²¹ Euclides da Cunha produziu, é preciso lembrar, tanto narrativa referida ao sertão quanto à Amazônia, marcando o pensamento social brasileiro ocupado em produzir uma identidade nacional para o país.

ternacional”²⁰ através de uma narrativa única capaz de simbolizar a nação. No Brasil, diferentemente, há dois espaços simbólicos da conquista do Oeste: o sertão e a Amazônia. São ambos mitos de caráter regional e não foram capazes de incluir a nação inteira em uma única narrativa.²¹

II

Um dos desdobramentos do mito do sertão é o do bandeirante – responsável pelo aumento do espaço territorial da Colônia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. O movimento das bandeiras constitui a principal experiência de fronteira na história brasileira.

A categoria de fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que estaria relacionada aos processos econômicos de incorporação e ocupação de “vazios demográficos”. A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significa a oportunidade de chegada da civilização-litoral ao sertão-interior, conciliando a qualidade positiva do litoral – a civilidade – com a crença de que no interior/sertão está preservado um Brasil autêntico.

Fronteira, assim como sertão, ou nação, não é conceito estático e atemporal. Seu sentido de delimitação, definição e referência territorial de unidades sócio-políticas envolveu um longo e múltiplo caminho. Através de diferentes processos, chegou-se à noção de exercício soberano do poder sobre um território, mas para isto foi necessário conseguir um controle militar, econômico, populacional, cultural e político-administrativo. O que hoje os mapas apresentam como parte “natural” do espaço dos países, seu espaço territorial, sua identidade geográfica, foi resultado de políticas; entre outras, fiscais; pelo estabelecimento de pontos de controle aduaneiro.

Confirmando a importância do espaço na construção da identidade nacional encontra-se a questão do ponto zero da história do país, do evento histórico original que fez nascer a nação: as bandeiras. Movimento de expansão territorial, de ocupação do “vazio” que teve lugar no período colonial, bandeira e bandeirante, assim como sertão e sertanejo, volta e meia retornam à ordem do dia como componentes do imaginário nacional.

As bandeiras e os bandeirantes estiveram também no centro da polêmica de duas imagens conflitantes na construção da memória histórica do país. De um lado, foram acusados de serem assassinos cruéis, instrumentos selvagens da classe dominante. De outro, seriam os verdadeiros construtores da nacionalidade pela bravura e integridade de sua conduta. Esta versão que tem no movimento bandeirante seu tema central por vezes se confunde com a história de São Paulo no período colonial.²²

²² ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de Doutorado, Departamento de História, USP, 1985.

A historiografia deste movimento pode ser situada em dois momentos. O primeiro, no século XVIII, e o segundo, nas três primeiras décadas do século XX. Os trabalhos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme e de Gaspar Teixeira de Azevedo (Frei Gaspar da Madre de Deus) estavam preocupados com a história “verdadeira” e trataram de citar e transcrever as fontes de seus trabalhos. Para os dois historiadores havia a questão comum de discutir a procedência dos primeiros povoadores que estariam ligados às camadas da nobreza portuguesa, submetidos às Ordenações, constituindo a categoria de “homens bons” e enquanto tal participando das Câmaras. As bandeiras seriam caminhos também da nobilitação, já que através de ofícios militares era possível galgar a nobreza. Tanto Taques quanto Gaspar valorizavam o orgulho de casta, a afirmação da tradição e dos valores aristocráticos do ócio, da ostentação, em oposição aos valores burgueses do trabalho e do comércio.

É bom lembrar que relatos contemporâneos ao movimento de ocupação do território são muito poucos. Os séculos XVI e XVII são marcados pelo tráfico de escravos, conquista de terras e apropriação de seus produtos, havendo questionamento sobre a humanidade ou não dos índios. Este período é marcado pela disputa entre paulistas e jesuítas e a questão não era a “legitimidade do uso de mão-de-obra indígena mas sim de quem deveria ter direitos sobre ela”.²³ O século XVIII recoloca a questão das bandeiras, na medida em que se discute e se fixa a posição das terras ocupadas por Portugal desde o Tratado de Tordesilhas. A descrição de caminhos, de pontos de referência e a localização de minas tinham como função preservar caminhos e roteiros que pudessem assegurar a glória dos paulistas e garantir aos portugueses o domínio da terra. Assim, as primeiras descrições e narrativas acontecem simultaneamente ao descobrimento e à exploração das minas disputadas por diferentes populações. Os Tratados de Madri (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777) acabaram por consagrar os contornos territoriais do Brasil, garantindo através do princípio do *uti possidetis* as terras que os colonos portugueses ocuparam da Espanha em sua busca de índios.²⁴

O primeiro momento das bandeiras, caracterizado pelo domínio, pela destruição e aprisionamento dos índios, apresenta problemas para a história do Brasil no século XIX, já que os índios passam a ser identificados com a liberdade e com a natureza. Por outro lado, a história do país se volta para outros temas ligados à formação da Nação. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os temas considerados relevantes estão vinculados à administração colonial e aos grandes feitos dos governantes. As bandeiras são pouco relevantes ainda que estejam presentes nas obras de Varnhagen, Rio Branco e Robert Southey. Com a Independência, a centralização do poder e o enfraquecimento do poder das

²³ ABUD, Katia Maria. Op. cit., p. 24.

²⁴ GÓES, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas. Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 1991. (Coleção Relações Internacionais nº 11).

Câmaras Municipais, a maior autoridade passa a ser das Províncias e dos Conselhos Gerais de Província. Daí o tema do bandeirante – nobre ou mameluco – ser relegado ao esquecimento ou à omissão.

No século XIX, os paulistas louvados eram os que tinham feito fortuna com os canaviais e engenhos ciosos de sua ascendência européia. Com a chegada de D. João VI “a situação invertia-se, antes ter título de nobreza assegurava prestígio, hoje o prestígio conseguia o título. E o prestígio estava sobretudo ligado à riqueza, não à tradição”.²⁵ Os comerciantes enriquecidos e os proprietários de canaviais e cafezais tinham pouca ou nenhuma vinculação com o bandeirante. Não procuravam vínculos com o passado da Província, com os primórdios da colonização ou com as bandeiras. Tinham os olhos voltados para a Corte. A defesa da Faculdade de Direito em São Paulo não se deu em nome do passado remoto, mas sim em nome do papel desempenhado pela província na revolução da Independência.

²⁵ ABUD, Kátia Maria. Op. cit., p. 112.

O café no final do século XIX fez São Paulo ocupar mais espaço no cenário político nacional, dando origem ao crescimento do núcleo urbano a partir de 1870. A entrada de escravos de outras províncias após a proibição do tráfico se esgota, passando a ser economicamente inviável. Daí o estímulo de entradas de brancos através da imigração. Com o fluxo migratório, os negros libertos passam a ocupar funções mais desclassificadas. A expansão dos cafezais ocupa terras antes deixadas aos indígenas. Os índios perderam suas terras para plantadores de café, assim como os posseiros pobres, que também foram desalojados.

No final do Império, a província de São Paulo ocupa ainda posição secundária no cenário nacional, acumula ressentimentos e desenvolve a idéia de Federação e até de separatismo. São Paulo aparece como região capaz de financiar e expandir sua economia exportadora, mas isto só seria possível com um governo republicano. A criação do Partido Republicano Paulista em 1873 congrega esta plataforma. Os “quatrocentões” (a maioria provinha de famílias com menos de um século no Brasil) não abriram mão de seu poder para permitir aos recém-chegados ascenderem politicamente. A coesão interna foi mantida por fortes ligações familiares e pela homogeneidade da elite que se formava no curso da Faculdade de Direito.

É na República que acontece a luta por manter São Paulo no controle da vida política no país, não só pelo progresso e riqueza, mas porque “sempre fora” a região mais progressista, ativa e conquistadora, que expandiu o território, enriqueceu a metrópole com o ouro, e por sua tradição de arrojo e vitalidade. Foi nesse período, entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo da pujança paulista baseada em qualidades individuais de coragem, determinação e ao mesmo tempo em atributos nacionais, já que fora a ação destes homens que dera sentido à integração territorial do país.

No século XX, os autores que mais se destacaram na retomada da questão do bandeirante são: Afonso D'Escragnolle Taunay, Alfredo Ellis Junior e José de Alcântara Machado. Os três reconhecem no bandeirante o mameluco audaz que expandiu as fronteiras e descobriu o ouro. Foram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e/ou de São Paulo e pertenciam à elite política paulista cuja ascendência estava nos heróis bandeirantes.

Afonso D'Escragnolle Taunay foi criador e diretor do Museu Paulista e era filho de Alfredo D'Escragnolle Taunay, o já citado autor de *Inocência* e de *A retirada da Laguna*. Produziu a monumental *História Geral das Bandeiras Paulistas* iniciada em 1924 e só terminada em seu 11º volume em 1950. Foi influenciado por Capistrano de Abreu, que considerava que até o final do século XIX e início do XX a História do Brasil tinha sido a história do litoral. Defendia a necessidade de voltar os olhos para o interior, escrever a história das incursões pelos sertões, como estava indicado em seu livro *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*.

Afonso E. Taunay ao assumir a direção do Museu Paulista em 1917 o torna o espaço por excelência de celebração da memória nacional-paulista. Enquanto historiador das bandeiras e diretor do Museu é encarregado de preparar os festejos do Primeiro Centenário da Independência em 1922. Terá atuação destacada no filme de Humberto Mauro, "Os bandeirantes". Nesse filme reaparece a questão da contradição entre o papel dos bandeirantes e a atuação da Companhia de Jesus em torno da questão da escravidão. Taunay será, junto com Roquette Pinto e Bernardino José de Souza, orientador de outro filme de Humberto Mauro, "O descobrimento de Brasil", de 1937. Estes dois filmes e outros sobre episódios da história do Brasil serão produzidos no Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) dentro do espírito pedagógico nacionalista do Estado Novo.²⁶

Alfredo Ellis Júnior vai valorizar a cruzamento do branco ibérico com o ameríndio, produzindo uma sub-raça superior. Se a mestiçagem brasileira desqualifica seu povo, a mestiçagem paulista o valoriza. Os bandeirantes pertencem às melhores famílias da terra, se destacam como guerreiros e como pioneiros do individualismo, avalizando a hegemonia paulista. Ellis Jr. procurou mostrar as bases científicas e históricas da especificidade do caráter paulista, o que constituiria a base do papel econômico e político a ser desempenhado por São Paulo na República. Aluno de Afonso Taunay, teve seu interesse pela história redobrado a partir da publicação dos primeiros volumes dos *Inventários e testamentos* em 1920 por iniciativa de Washington Luís. Em 1923 ingressou no *Correio Paulistano*, onde conviveu com Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado. Foi deputado estadual antes de 1930 e participou da Revolução de 1932, quando escreveu o livro *Confederação ou separação*. Foi novamente deputado

²⁶MORETTIN, Eduardo Victorio. *Cinema e história: uma análise do filme "Os bandeirantes"*. Dissertação de Mestrado. ECA/USP, 1994.

estadual em 1935, tendo seu mandato interrompido pelo golpe de 1937. Assumiu a cadeira de História da Civilização Brasileira na faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde permaneceu até 1956. Suas obras *O bandeirismo paulista* (1924) e *Raça de gigantes* (1926) apresentam três pressupostos fundamentais que orientam a concepção da história paulista: o isolamento do planalto durante todo o período formativo, o caráter específico da mestiçagem luso-indígena – e a correspondente ausência do negro africano – e o fenômeno *sui generis* do bandeirantismo paulista. Diante do pessimismo frente ao futuro de uma nação mestiça, Alfredo Ellis Jr. e outros intelectuais paulistas procuraram resgatar o antepassado tupi e a exaltar a mestiçagem que ocorreu no planalto paulista. O mameluco assume um papel histórico sem paralelos ao se constituir como sub-raça dinâmica, selecionada e forte – sub-raça de gigantes – o que concilia o caráter específico da mestiçagem paulista aos postulados cientificistas da época.

José de Alcântara Machado, em sua obra *Vida e morte do bandeirante*, desmistifica aspectos difundidos por Pedro Taques e que foram retomados por Oliveira Vianna: São Paulo como cidade habitada por nobres refinados e cultos. Esta versão não pôde sobreviver à vista dos inventários e testamentos dos paulistas do século XVII. O autor estudou as fortunas, o povoado, o sítio da roça, o vestuário, as doenças e os remédios, a organização da família e a escravaria, a religião e o comportamento diante da morte. A mistura do sangue de um povo de marinheiros com o sangue de tribos errantes produziu um homem pobre, analfabeto, de modos grosseiros, mas com toque de austeridade e de heroísmo.

Este debate sobre a formação étnica dos bandeirantes está presente em outros autores, valendo citar Oliveira Vianna, Paulo Prado e Basílio de Magalhães. Oliveira Vianna faz uso do mesmo fundamento de Alfredo Ellis Jr. a respeito do mestiço superior, diferente dos outros mestiços do Brasil. Esta mestiçagem seria selecionada e daria ocasião à formação de uma aristocracia. Ao falar do desacordo entre o idealismo da Constituição e a realidade nacional, Oliveira Vianna esclarece que no Brasil não havia “regime de opinião” e que não bastava a concessão do sufrágio para que ele surgisse. As classes não têm solidariedade alguma, dada a enorme dispersão demográfica do país. O grosso do eleitorado do país é formado pela população rural composta por párias, sem terra, sem lar, sem justiça, sem direitos e dependentes dos grandes senhores rurais.

Oliveira Vianna constrói sua interpretação sobre o Brasil associando formação territorial e dificuldades para o estabelecimento de formas de identidade. Para ele, as extensões territoriais, pulverizando a população em pequenos núcleos organizados no interior das fazendas, bloqueariam a construção de qualquer solidariedade. A forma dispersa de povoamento levou o Estado a assumir formas mais centralizadas, como no Império, ou descen-

tralizadas, como na Colônia e na República. Em todos os casos não foi resolvido o problema da unidade nacional, ameaçada pelas tendências separatistas. As profundas descontinuidades demográficas do país têm papel relevante na chave interpretativa do autor. Oliveira Vianna destaca a permanência do eugenismo paulista, revelada pela persistência dos caracteres mentais dos antigos paulistas (fazedores de estradas e descobridores de ouro) e pelos paulistas modernos (fazendeiros de café do Oeste e fundadores de cidades). São as características do “gênio americano”, marcado por grandes empreendimentos e pela capacidade de sobrevivência. Oliveira Vianna, é preciso lembrar, foi um dos defensores da criação de novos territórios para a colonização do Oeste no Brasil durante o Estado Novo.

A valorização do papel da hidrografia na história paulista e brasileira, destacado por Basílio de Magalhães, será mais tarde retomada por Plínio Salgado e por Cassiano Ricardo. A epopéia do sertão, a Independência (com José Bonifácio), a Regência (com Feijó), a luta pela Abolição e pela República e a introdução do imigrantes são todas iniciativas dos paulistas, que podem ser chamados de “yankees da América do Sul”.²⁷

Este debate e reinterpretação do significado das bandeiras e dos bandeirantes foi acompanhado pela publicação das Atas e do Registro Geral da Câmara de São Paulo e mais tarde dos Inventários e Testamentos dos séculos XVI e XVII, realizados por Washington Luís enquanto prefeito e presidente do Estado de São Paulo.

A imagem do bandeirante foi retomada por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932. A visão do homem destemido, da raça privilegiada que trouxe o progresso e anexou ao Brasil regiões distantes, é retomada na luta. Panfleto anônimo “São Paulo, sua terra e sua gente”, o *Jornal das Trincheiras* e *O Separatista*, apela para a coragem, a bravura do paulista/bandeirante.

Os versos de Menotti del Picchia para o hino “Anhangüera” corroboram esta versão. Só mais tarde Cassiano Ricardo fará novamente uso da figura histórica do bandeirante, associando-o ao Estado Novo; entretanto, esta não conseguiu ter a mesma força que tinha durante a Primeira República, ao representar simbolicamente a elite paulista.²⁸

A expansão territorial conseguida através do movimento das bandeiras foi lida, relida, e reinterpretada em diferentes momentos da história paulista e nacional. O movimento de bandeiras permite acompanhar uma das vertentes da fronteira do pensamento brasileiro.

A recuperação da imagem do bandeirante na história brasileira desempenhou uma função mítica capaz de organizar o mundo simbólico principalmente para os paulistas que estavam atravessando um processo rapidíssimo de industrialização e tendo que transformar em brasileiros um enorme contingente de forasteiros,

²⁷ ABUD, Kátia Maria. Op. cit., p. 177.

²⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos* (Os anos 20), Rio de Janeiro, v. 6, nº 11, p. 89-112, 1993.

imigrantes que dele participaram. A hipótese interpretativa que guia esta leitura pode ser assim expressa: a retomada, a revalorização do bandeirante – de seus atributos – serve não para dizer *quem* é o paulista mas para dizer *como* é o paulista e assim ser possível socializar, aculturar seus imigrantes e migrantes.

III

Agora, nos anos finais do século XX, estamos envolvidos em realizar balanços, do mesmo modo que aconteceu no final do XIX, assim como estamos dedicados a comemorar os 500 anos de Descoberta do Brasil. Comemorações, “efemérides”, datas alusivas a episódios considerados notáveis da história permitem refundar, reatualizar identidades, sejam elas nacionais ou locais, oficiais ou privadas, públicas ou pessoais. A junção de datas, fim de século, fim de milênio, permite vãos mais altos e também traz maior complexidade à análise do quadro brasileiro.

Na virada do século XIX a grande questão das sociedades estava relacionada à criação ou reestruturação dos Estados nacionais. Esse processo envolveu rupturas com os laços locais. Era preciso transformar os indivíduos, que regulavam suas vidas por valores ligados à família, à vizinhança e à religião – os chamados valores tradicionais –, em cidadãos. Foram utilizados todos os meios simbólicos à disposição, visando produzir a integração de populações, em sua maioria não-alfabetizadas, em um todo chamado nação. As estradas de ferro, as comunicações via telefone, via ondas de rádio, tinham alargado o horizonte dos indivíduos e forneciam a dimensão espacial da integração nacional. Hinos, bandeiras, festas, feriados, cartilhas, foram produzidas como rituais reafirmadores de identidade. Escola, jornais, partidos políticos, igrejas, sindicatos, rádio e televisão também fazem parte dessa longa história da construção de modernas identidades nacionais nos séculos XIX e XX.

No fim do século XX, nação passa a ser vista como “ficção” desnecessária, ao passo que no fim do século XIX, era considerada como a forma “natural” de vida em sociedade, sendo mesmo considerada como a forma mais evoluída.

É importante destacar aqui uma consequência não-esperada do processo de globalização – envolve uma exposição excessiva ao mundo –, que está dando origem a movimentos de revitalização do pequeno, do particular, do local. Há uma recomposição de tradições locais, há um esforço para manter a memória de grupos, famílias, pessoas. Há um movimento no mundo globalizado para reconhecer e valorizar as diferenças entre culturas, manter a diversidade de representações simbólicas. Isso também não está acontecendo da mesma maneira e com a mesma intensidade em todos os lugares.

O movimento de volta às origens explica o desejo da colônia japonesa da região rural de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, de reescrever sua história. A família Hida, uma das 13 famílias que chegaram a Santa Cruz em 1938, trazidas pelo presidente Getúlio Vargas para povoar a região, deseja contar suas histórias para os mais novos. Produtores do coco, os Hida desejam fazer um livro como parte das comemorações dos 60 anos em Santa Cruz e dos 90 anos da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil, como nos relata a revista Domingo do *Jornal do Brasil*.²⁹ O esforço dessa família descendente de imigrantes é também o de outros grupos, empresas, comunidades, bairros e famílias que neste final de século estão fazendo um balanço de sua história, e com isso se voltando para a recuperação de eventos do passado e para a construção da memória local. Os jornais e revistas estão fornecendo diariamente os indícios desse processo.

Ligia Chiappini observa que o regionalismo, considerado por setores da crítica literária brasileira como categoria ultrapassada, continua não só presente mas em pleno florescimento como objeto de estudo da área de literatura em diversas universidades européias. O regionalismo, enquanto tendência literária, é um fenômeno universal, e não deve ser visto como tema fora de moda. Frente a maior parte das obras da literatura regional o pesquisador manifesta seu desgosto, considerando-as “estreitas, esquemáticas, pitorescas, superficiais e condenadas ‘ao beco que não sai do beco e se contenta com o beco’, no dizer de Mário de Andrade”.³⁰ Questionando os juízos críticos sobre o regionalismo a autora apresenta 10 teses discutindo os estereótipos – limitações estéticas e ideológicas – que costumam acompanhar as análises das obras que o regionalismo tem produzido.

A história do regionalismo mostra que ele surgiu e se desenvolveu em conflito com a modernização, a industrialização e a urbanização. Ele é, portanto, um fenômeno moderno e, paradoxalmente, urbano. A primeira geração modernista no Brasil fez do regionalismo o principal alvo a atacar, considerando-o mesmo como “praga nacional”. Separado da “grande literatura” o regionalismo foi muitas vezes confundido com o folclore, este também marginalizado do espaço das ciências sociais que eram praticadas na universidade.

“Estudar o regionalismo hoje nos leva a constatar seu caráter universal e moderno. Surgindo como reação ao iluminismo e à centralização do Estado-nação, hoje se reatualiza como reação à chamada globalização”.³¹ Questiona a crítica literária que vê no escrito regionalista apenas o pitoresco, a cor local, dominado pelo conservadorismo tanto estético quanto ideológico. A literatura regional, ainda segundo Ligia Chiappini, aponta para um mundo histórico-social e uma região geográfica existentes, mas também alcança uma amplitude simbólica que transcende o espaço fechado

²⁹ *Jornal do Brasil*, revista Domingo, ano 23, n. 1185, 17 de janeiro de 1999.

CHIAPPINI, Ligia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. *Estudos Históricos* (História e região), v. 8, n. 15, p. 153-159, 1995. p. 154.

³¹ *Idem*, p. 154.

e o mundo particular. Na “boa” literatura regional a dicotomia local e universal se torna falsa, sendo importante verificar como o universal se realiza no particular.

*A função da crítica diante de obras que se enquadram na tendência regionalista é, por isso, indagar da função que a regionalidade exerce nelas; e perguntar como a arte da palavra faz com que, através de um material que parece confiná-las ao beco a que se referem, algumas alcancem a dimensão geral da beleza e, com ela, a possibilidade de falar a leitores de outros becos de espaço e tempo.*³²

³²CHIAPPINI, Ligia. Op. cit.

O caipira, personagem da literatura e da vida do interior, tão desprezado ao longo do século, volta sob roupagem moderna, moderníssima. Parece que estamos retomando uma trilha que já foi percorrida nos anos 10 e 20, antes do movimento modernista, e que foi abandonada ao longo do século já que era vista como tradicional, arcaica, pertencente a um tempo histórico que iria desaparecer. Só que agora não se está falando do tipo social do caipira ou do Jeca Tatu e sim do peão, com todos os elementos culturais de valorização da cultura local/internacional, valendo o exemplo da famosa festa do peão de boiadeiro em Barretos.³³ O avanço da globalização convive bem com a revitalização da cultura local. E assim as identidades nacionais podem se tornar mais plurais valorizando a convivência de diferentes representações simbólicas, de culturas diversificadas.

³³NEPOMUCENO, Rosa. *Música caipira: da roça ao rodeio*. São Paulo: Editora 34, 1999.

Há um interessante artigo de Vera Follain de Figueiredo denominado “Em busca da terra prometida” que nos ajuda a entender como o universo regional/local faz sua aparição em diversos campos da cultura brasileira.³⁴ Para a autora no final do século XX, é novamente o cinema que toma posição para reorganizar o imaginário brasileiro.

³⁴FIGUEIREDO, Vera Follain de. Em busca da terra prometida. *Cinemas* (Revista de cinema e outras questões audiovisuais), Rio de Janeiro, número 15, janeiro/fevereiro, 1999, p. 73-83.

*Diante do processo de desinvenção da nação desencadeado pela estratégia globalizadora (...), a narrativa cinematográfica registra o impasse decorrente das exigências da nova ordem mundial e tenta inventar outras formas de solidariedade que ocupem o lugar deixado pelo afrouxamento dos laços nacionais. Novas narrativas são gestadas problematizando a desinvenção do Brasil e buscando criar um imaginário que trabalhe o sentimento de orfandade decorrente do fato de a pátria-mãe querer sair do cenário antes do filho atingir a maioridade.*³⁵

³⁵Idem, p. 78.

A autora passa então a analisar dois filmes recentes de Walter Salles Junior: *Terra estrangeira* (1995) e *Central do Brasil* (1997) e observa que “em ambos, o que desencadeia a ação do

enredo é a perda da mãe, numa família em que o pai é ausente”(…), “este acontecimento gera a migração”. Em *Terra estrangeira* o filho fica desprotegido quando o pai-estado (a voz do governo Collor) trai sua confiança e usurpa os poucos recursos da mãe. O jovem emigra, refazendo na direção inversa o movimento dos descobridores, e busca uma origem mais remota onde tudo teria começado. Aponta a falsidade do discurso que quer fazer crer que os homens estão em uma aldeia global, em total comunhão planetária. “Os personagens do filme tornam-se estrangeiros em qualquer parte da terra à medida que a nação não lhes serve mais de referencial, mas é um referencial para que sejam marginalizados no exterior, alimentando a criação de estereótipos discriminadores”.³⁶ Temos a inversão do eixo migratório, a idéia de retorno, que também estará presente em *Central do Brasil* com o nordestino que volta ao lugar de onde partiu. Através da migração interna vai-se buscar um tipo de solidariedade que possa preencher o vazio de laços nacionais. Dora – “a pátria-mãe não gentil” – explora o analfabetismo e o desenraizamento de um lugar adequado, a estação de trem Central do Brasil. Os milhares de trabalhadores pobres que por lá circulam perderam os laços de comunicação com seus lugares de origem. Precisam de Dora, como mediadora de códigos que eles, analfabetos, não dominam. A viagem para o interior do Brasil em companhia do menino órfão é também a viagem de Dora em direção a si mesma.

³⁶FIGUEIREDO, Vera Follain de. Op. cit. p. 79.

*O vazio ético deixado pela perda dos valores coletivos que a nação encarnava, (...) será preenchido pelo reencontro com o local (...). No lugar da alienação promovida pela grande cidade e seus espaços desterritorializados, o filme propõe a redescoberta da dimensão local para suprir a perda de sentido dos vínculos mais amplos.*³⁷

³⁷Idem, p. 81.

O vazio ético deixado pela perda dos valores coletivos será preenchido pelo encontro com o local, com os jovens irmãos.

*A narrativa de Walter Salles Junior propõe, assim, uma nova descoberta do Brasil, através de uma viagem em direção ao que seria o seu verdadeiro centro, que se confunde com o país simples, mais arcaico do interior (...) Cada brasileiro teria em seu coração a saída que se realizaria no campo pessoal, através do afeto existente no pequeno grupo familiar. Retoma-se a imagem do Brasil menino e, ao contrário da leitura antropofágica ou da leitura do Cinema Novo, trata-se de um menino que não devora nem mata o pai. Em Central do Brasil, o chamado Brasil ‘atrasado’ teria uma lição a ensinar ao ‘falso’ Brasil moderno.*³⁸

³⁸Idem, p. 82.

Lúcia Lippi Oliveira é socióloga e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.